



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/PE

**Assunto:** Análise relativa à etapa de planejamento de licitação inexigível

**Destino:** SR/PF/PE

**Processo:** 08400.011485/2025-22

**Interessado:** SELOG/SR/PF/PE

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Em cumprimento ao disposto no art. 169, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e no exercício das atribuições da primeira linha de defesa, procede-se à análise dos artefatos que compõem a etapa de planejamento da contratação relativa à ação de capacitação externa denominada “21º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação”, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, dos dias 23 a 26 de março de 2026, sob responsabilidade da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, na modalidade presencial, com carga horária total de 26 horas-aula.

1.2. Foram analisados os seguintes documentos:

1.2.1. Documento de Formalização de Demanda (143816476);

1.2.2. Instituição da EPC (143816794);

1.2.3. Estudo Técnico Preliminar (SEI 143817493);

1.2.4. Termo de Referência (SEI 143820417);

1.2.5. Pesquisas de preços e documentos auxiliares (SEI 143817910 e 143820552);

1.2.6. Carta de Exclusividade (143820603); e

1.2.7. Programação do evento (143820708).

1.3. O exame tem por objetivo orientar a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) quanto a ajustes e complementações necessários, de modo a assegurar a integridade, coerência e conformidade dos documentos com a legislação e as boas práticas de governança em contratações públicas.

## 2. ANÁLISE DOS ARTEFATOS

2.1. Documento de Formalização de Demanda: apresenta de maneira clara e objetiva a necessidade da Administração, a justificativa, quantidade e a previsão no PAC/2026.

2.2. Instituição da EPC: a autoridade legalmente constituída formalizou a equipe responsável pelo planejamento da contratação.

2.3. Estudo Técnico Preliminar: O documento demonstra clareza na definição da necessidade, justificativa dos quantitativos, especificações técnicas e análise de viabilidade da solução, conforme orientações da IN SEGES/ME nº 58/2022 e boas práticas de planejamento.

2.4. Termo de Referência: Descreveu objetivamente o objeto da contratação, indicando os requisitos, condições de execução, modelo de gestão do futuro contrato, critérios de medição e pagamento, sanções administrativas aplicáveis, exigências de seleção do fornecedor, etc. Destaca-se também a utilização adequada da Minuta Padrão da AGU.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO**

#### **3.1. Da necessidade e obrigatoriedade da capacitação permanente**

3.1.1. A área de licitações e contratos administrativos caracteriza-se por elevada complexidade normativa e constante mutação, especialmente após a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, que promoveu profunda reestruturação do regime jurídico das contratações públicas, introduzindo novos institutos, procedimentos, responsabilidades e mecanismos de governança.

3.1.2. Nesse contexto, a capacitação contínua dos agentes públicos que atuam nas fases de planejamento, seleção do fornecedor, gestão e fiscalização contratual deixa de ser uma faculdade administrativa e passa a configurar verdadeira obrigação institucional, diretamente associada à eficiência, à segurança jurídica e à mitigação de riscos nas contratações.

3.1.3. A própria Lei nº 14.133/2021 adota como premissa estruturante a gestão por competências, impondo à Administração o dever de assegurar que os agentes designados para funções essenciais detenham qualificação técnica compatível com a complexidade dos objetos contratados. Tal diretriz se reflete, entre outros dispositivos, na exigência de previsão de capacitação no Estudo Técnico Preliminar e na adoção de medidas corretivas e preventivas mediante treinamento dos agentes públicos, inclusive como instrumento de mitigação de riscos e de aperfeiçoamento dos controles internos.

3.1.4. Além disso, o Decreto nº 11.246/2022 reforça esse dever ao admitir expressamente que a autoridade competente providencie a qualificação prévia do servidor, sempre que a natureza e a complexidade do objeto assim exigirem, o que se mostra plenamente aplicável às atividades desempenhadas pelos servidores do SELOG/SR/PF/PE, diretamente envolvidos com contratações públicas de elevada responsabilidade institucional.

#### **3.2. Da natureza intelectual e especializada do objeto**

3.2.1. A contratação pretendida tem por objeto a participação de servidores no 21º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação, evento de capacitação técnica que se enquadra, de forma direta e inequívoca, na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, qual seja, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

3.2.2. Trata-se de atividade cujo resultado não pode ser mensurado por critérios objetivos de comparação, uma vez que envolve elementos subjetivos e intelectuais, tais como:

- qualidade técnica do conteúdo;
- abordagem metodológica;
- experiência prática dos palestrantes;
- capacidade didática;
- atualização jurisprudencial e normativa;
- integração entre teoria, prática e experiências institucionais.

3.2.3. Essas características afastam a possibilidade de julgamento por critérios padronizados de preço ou técnica, tornando inviável a competição, nos exatos termos exigidos pela legislação para a configuração da inexigibilidade.

#### **3.3. Da singularidade do evento e da inviabilidade de competição**

3.3.1. O Congresso Brasileiro de Pregoeiros, organizado com exclusividade pelo Instituto Negócios Públicos, consolidou-se, ao longo de mais de duas décadas, como referência nacional em capacitação na área de licitações e contratos, reunindo anualmente milhares de servidores públicos de diferentes esferas e Poderes.

3.3.2. A singularidade do evento decorre não de eventual unicidade do fornecedor, mas da combinação específica e indissociável de fatores, dentre os quais se destacam:

- programação construída com base nas mais recentes atualizações legislativas e jurisprudenciais;
- participação de autoridades públicas e representantes de órgãos de controle, como Ministros do Tribunal de Contas da União;
- presença de doutrinadores e especialistas de reconhecida projeção nacional, a exemplo de Ministros do TCU, membros da Advocacia-Geral da União, magistrados, professores doutores e mestres amplamente referenciados na área;
- realização de painéis, oficinas e debates que promovem troca qualificada de experiências entre servidores de diferentes órgãos, elemento essencial para a solução de problemas concretos enfrentados no cotidiano das contratações públicas.

3.3.3. A impossibilidade de dissociar o conteúdo, os palestrantes, a metodologia e a própria identidade institucional do evento impede qualquer tentativa de comparação objetiva com outros cursos ou treinamentos, reforçando a inviabilidade de competição.

#### 3.4. **Da notória especialização do Instituto Negócios Públicos**

3.4.1. O Instituto Negócios Públicos preenche, de forma robusta, os requisitos legais de notória especialização, nos termos do § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, haja vista seu histórico consolidado na promoção de eventos de capacitação de grande porte, sua estrutura organizacional, corpo técnico altamente qualificado e reconhecimento reiterado no meio jurídico-administrativo.

3.4.2. A trajetória institucional do Instituto, associada à qualidade técnica do congresso e à credibilidade de seus palestrantes, permite inferir, com elevado grau de segurança, que o serviço ofertado é essencial e plenamente apto à satisfação do interesse público, atendendo às necessidades específicas da Administração.

#### 3.5. **Do entendimento consolidado dos órgãos de controle**

3.5.1. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que a inscrição de servidores em cursos, seminários e congressos abertos ao público, quando caracterizada a natureza intelectual do serviço e a inviabilidade de comparação objetiva, configura hipótese típica de inexigibilidade de licitação.

3.5.2. Esse entendimento reconhece que, nesse tipo de contratação, o foco da escolha administrativa não reside na obtenção do menor preço, mas na adequação técnica do conteúdo à realidade institucional, na qualificação dos instrutores e na efetiva contribuição para o aprimoramento das competências dos agentes públicos.

### 4. **CONCLUSÃO**

4.1. Diante do exposto, resta evidenciado que a contratação pretendida: atende a dever legal expresso de capacitação dos agentes públicos; possui natureza técnica especializada e predominantemente intelectual; apresenta singularidade material do objeto, incompatível com critérios objetivos de comparação; envolve fornecedor de notória especialização, responsável por evento consolidado e reconhecido nacionalmente; enquadra-se no entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União quanto à inexigibilidade de licitação para ações dessa natureza.

4.2. Assim, do ponto de vista técnico, mostra-se plenamente justificada e adequada a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, como meio legítimo e eficiente de promoção da capacitação dos servidores do SELOG/SR/PF/PE, com reflexos diretos na qualidade, segurança jurídica e eficiência das contratações públicas sob sua responsabilidade.

**MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS**

Agente de Polícia Federal  
CPL/SELOG/SR/PF/PE



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS**, Agente de Contratação, em 30/12/2025, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144119001&crc=96C86BAE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144119001&crc=96C86BAE).

Código verificador: **144119001** e Código CRC: **96C86BAE**.